A escolha do sujeito no tratamento psicanalítico

Jean-Jacques Gorog

O título destas Jornadas[1] surpreende em razão do lugar ocupado pelo termo "sujeito", obrigando-me a refletir sobre o uso dos termos – uso do qual não me excluo –, pois não há uso correto do significante, ainda que possa existir um uso do conceito não correto, mas coerente. Sujeito, como todas as palavras da língua privilegiadas por Lacan, é sem dúvida um conceito, porém conserva sua liberdade significante.

Segundo Lacan, a psicanálise começa com o questionamento do sujeito como conceito. *Do sujeito enfim em questão*, título da introdução de um capítulo de seus *Escritos*, corresponde ao início de seu ensino público. Entendam: o sujeito ali onde ele existe como conceito, ou seja, na filosofia, e que é contestado pelo inconsciente até à produção do sujeito como um conceito analítico: "isto é, o sujeito que qualificamos (significativamente) de paciente, que não é o sujeito estritamente implicado por sua demanda, mas antes *o produto* que pretenderíamos determinado por ela"[2].

Compreende-se muito bem o que diz o título "as escolhas do sujeito", mas, como devemos desconfiar das evidências, tratemos de nos pôr de acordo: trata-se das escolhas efetuadas pelas pessoas e, para dizê-lo na língua de Lacan, pelos seres falantes, os *falasseres*. Isso, todavia, é um problema porque o sujeito lacaniano não tem a possibilidade de escolher, ele não é falante, mas falado. Escolhe-se por ele. Por isso, perguntei-me que termo poderia substituir *sujeito* nesse título. Muito rapidamente, percebi que poderia ser "doentes" – esse termo choca apenas se imaginamos a existência de seres falantes que não são doentes. De todo modo, para Lacan, isso não é uma dificuldade, já que o ser falante é reconhecido como alguém doente da linguagem. Somos, portanto, todos doentes; apenas o gorila[3] e alguns outros animais não o são, independentemente dos talentos que têm. Assim, doente não é um insulto, mas não creio que seja conveniente como título. Há também o termo "paciente", evocado por Lacan[4], e mesmo "analisante", uma forjadura lacaniana com boa penetração em nossos meios, mas não na língua comum, e que poderia ser útil, embora me pareça um tanto pesado. Há ainda "pessoa", as escolhas da pessoa. Quem escolheu furar teu único olho Polifemo? O sujeito por excelência: "ninguém"[5], nome dado por Ulisses na ocasião para

[1] As escolhas do sujeito no sexo, na vida, na morte, II Encontro Latino Americano da EPFCL, IV Encontro da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano – Brasil, 2005, nov., Rio de Janeiro, Brasil.

[2] Lacan. Do sujeito enfim em questão (1966/1988, p. 230).

[3] Cf. a canção muito conhecida de G. Brassens chamada *Cuidado com o gorila!* (*Gare au gorille!*).

[4] Isso que dizer que a questão tratada é uma questão também para Lacan.

[5] N. do T. Em francês, a palavra *personne* tem dois significados: pessoa e ninguém.

melhor esquivar-se[6]. Seguindo essa via, poderíamos jogar com o equívoco e fazer de pessoa (*personne*) nada: "as escolhas", simplesmente. Assim não correríamos o risco de determinar quem escolhe nosso destino, o que sem dúvida seria mais justo, mas, ao mesmo tempo, afastaríamos o problema sem resolvê-lo.

De todo modo, esse título nos orienta de pronto para uma primeira questão. Quem ou o que escolhe? A psicanálise responde como Polifemo: "ninguém" (*personne*). E o que se trata de escolher? A resposta mais fácil seria: "o que é desejado". É mais fácil de formular, porém não faz avançar, pois o desejo é inconsciente. O que o sujeito deseja? Nada, porquanto ele é sempre suposto ao desejo: "A psicanálise lhe permitiria esperar seguramente elucidar *o inconsciente do qual você é sujeito.* Mas todos sabem que não encorajo ninguém (*personne*) a ela, ninguém cujo *desejo* não esteja *decidido*"[7].

O desejo, embora inconsciente, pode ser decidido. Isso inclusive é exigível para aceitar que uma pessoa – vê-se que este é o termo utilizado aqui – faça um tratamento. Sabemos que ele deseja um objeto. Curioso vocabulário o da psicanálise, em que o objeto designa, no começo, justamente o que os seres falantes homens desejam, a saber, as mulheres. Compreende-se que os psicanalistas possam ser acusados de machismo, pois também aprendemos que as mulheres desejam uma mulher diferente delas próprias ou ainda desejam ser desejadas. É verdade que esse objeto será reduzido ao bem conhecido objeto *a*, construído por Lacan, mas deixemos por hora esse famoso objeto causa do desejo.

É certo que "se" fazem escolhas, mesmo que não "se" saiba quem as faz ou até mesmo que não "se" chegue a escolher ou que "se" acredite que o sujeito em nós não chega a se decidir.

Aqui, tento fazer compreender algo que não é evidente, a saber: o único meio de apanhar algo do "sujeito" será apoiando-se em seus dizeres, ali onde ele emerge, segundo a definição de Lacan, entre dois significantes pelos quais se encontra representado. Não insisto, como Descartes, incessantemente retomado por Lacan, que os dizeres podem ser também os pensamentos, e que isso basta para que um sujeito possa ser deduzido. Vejam o *cogito.*[8]

O apoio que apresentaria alguma permanência e que a psicanálise busca para representar o sujeito é formado de seu dizer. É disso que ele é doente: da linguagem, sem dúvida, mais precisa ou particularmente, para ele, aquilo que da linguagem constitui sua doença, o sintoma.

O debate subentendido no tema, o termo em função do qual tal escolha pode ter sentido, é o de sintoma, estudado por

[6] "Qu'Ulysse pourtant donne le quelqu'un, est mis en doute à se rappeler qu'aussi bien il n'est personne. Il est en tout cas personne à ce que s'y trompe une fate polyphémie". Lacan. Radiophonie (1970/2001, p. 404).

[7] Lacan. Televisão (1973/2001, p. 543).

[8] Com a filosofia ainda passa, mas como a ciência pode tolerar o destino dado pela psicanálise ao sujeito em seu campo? Basta que a experimentação e o aleatório de seus resultados surjam, para que a ciência um tanto menos pura se apodere disso e o desviem seja para uma tautologia estéril, seja para um charlatanismo travestido de ciência, um pouco como a "Igreja de cientologia" faz com a religião.

nós ano passado, na França, no Colégio Clínico. Assim, é como contraponto desse estudo que acho bem-vinda sua "escolha".

Quais são as relações entre as escolhas – não ouso dizer do sujeito, mas ainda não decidi o que pôr em seu lugar – e o sintoma? Próximas, é claro, mas e daí? Não esqueçamos o forçamento operado por Lacan sobre o sujeito, verdadeira troça com a filosofia, ainda não perdoada por ela e da qual ela tenta regularmente se vingar.

O sujeito lacaniano não é a pessoa una e estável, que Lacan acaba atribuindo ao paranóico (a personalidade). O sujeito lacaniano é dividido. O que melhor representa sua divisão é o sintoma de que se queixa, mas do qual não deseja verdadeiramente se desembaraçar porque ele participa de seu próprio ser.

Ponham as aspas que quiserem em todos os "ele" que designam aquele que fala e que não é o sujeito. Para os que têm dúvidas a esse respeito, observem as crianças, para quem dizer "eu" é um mistério completo. Elas não conseguem fazer um *shifter* e nos fazem perguntar como é que nós o conseguimos, e de onde pretendemos saber quem é esse "eu" graças ao qual nos designamos.

Enfim, não sei se chegarei a falar das escolhas do sujeito, mas vocês escolheram o sujeito[9], e isso certamente foi uma boa escolha.

[9] N. do. T. Em francês, *sujet* tem dois significados: sujeito e assunto ou tema, permitindo o jogo de palavras feito pelo autor.

Retornemos ao sintoma. Que se diga fixação de gozo ou que se escreva s(A), mensagem do Outro, o sintoma se apresenta de modo que, no exato momento em que se anuncia como queixa, eventualmente confiando-se ao analista a missão de desembaraçar o sujeito dele, um outro dizer muito curioso se acrescenta ao precedente e diz ao analista para não ter ilusões, para não acreditar demasiadamente em si, pois a psicanálise seguramente não o conseguirá. O psicanalista se vê diante de uma tarefa impossível:

> O sintoma neurótico representa no sujeito um momento de sua experiência no qual ele não sabe se reconhecer, *uma forma de divisão da personalidade.* [...] A defesa do sujeito, se é verdade que *o sintoma fragmenta a personalidade,* consistiria, portanto, em levar em conta esse perigo, proibindo-se tal acesso à realidade, sob uma forma simbólica ou sublimada.[10]

[10] Lacan. A família (1938/2003, p. 77, grifos meus).

Evoquei o lugar do sintoma, situado assim desde esse escrito de 1938, e podemos facilmente verificar esse impossível

nos três casos que servem de fio condutor para *A direção do tratamento e os princípios de seu poder*, artigo central em que, a cada vez, o analista é posto na berlinda, quer se trate do paciente de Kris reivindicando um pouco de ar e miolos frescos, quer da "Bela açougueira" propondo um sonho que contradiz Freud ou do próprio Lacan, que, em um dos únicos casos evocados por ele, é tido como responsável pela impotência de seu paciente e, portanto, acusado de impotência para curá-lo.

Entre as escolhas possíveis, há uma privilegiada por mim, qual seja, a de escolher fazer uma análise sem que se saiba quem escolhe. A questão é que a escolha se faz desde essa impossibilidade da análise articulada pelo sintoma, não apenas não eliminável, mas também – é o que tento propor aqui – necessária para que a empreitada possa ser tentada. Lacan desenvolveu esse ponto de muitas maneiras. Para meus propósitos, tomarei aqui, entre elas, uma bem cômoda: o analista como complemento do sintoma, materializado nessa mesma impossibilidade.

Acrescento um exemplo de minha clínica para ajudar a captar o ponto em questão. Trata-se de uma jovem mulher provida de tudo o que se pode almejar: um marido que ela ama, um bebê, um trabalho que lhe agrada. Tudo vai muito bem, exceto o fato de ser muito ocupada, um tanto demasiadamente, e, além disso, ter atualmente de atravessar Paris para vir me ver. Eis aqui o que indica a análise: o impossível a ser resolvido se apresenta a vocês; há, portanto, sintoma, que é analítico, uma vez que o analista está enlaçado nele. Obviamente, algo não vai bem. Em seu caso, trata-se da perfeição que sempre exige dela mesma e torna sua vida impossível. A escolha do sujeito passa pelo que condiciona esse funcionamento. Aqui, pouco importa o que é sua causa; a análise lhe dirá se o obstáculo lógico tiver sido ultrapassado, a saber: se ela aceita perder ainda mais tempo e dinheiro para resolver seu problema. Como chegar a isso?

Um comentário do analista. A análise é formidável, funciona sozinha, mas sob a condição de que o "desejo seja decidido". Notem bem: é o desejo que é decidido. Há momentos como esse, em que nos perguntamos se Lacan não teria debochado, ao nos levar de enigma a enigma, sem nunca nos dizer algo em que nos apoiarmos com firmeza. De acordo com sua definição, o desejo é inconsciente, e nós avançamos bastante. Mas como saber se o desejo é decidido?

Alguns desconfiam, e têm razão. Embora Lacan valorize o fato de o que ele disse possa ter passado para o discurso comum – como o Édipo, tão bem admitido, que serve de medida ou de cavilha, segundo o caso –, é preciso constatar que esse

efeito implica também um esquecimento não menos violento. Os mais virulentos inimigos da psicanálise são justamente, e com freqüência, os que passaram pela experiência – Freud o notou desde o início, no tempo de seu progressivo sucesso –, mas também é verdade que o inimigo mais perigoso é o esquecimento. Desde então, temos a obrigação não apenas de esquecer tudo o que sabemos, o que é exigível no começo de todo tratamento, mas também de estar na posição de dizer o que é a psicanálise, não como se o analisante putativo estivesse embaraçado com os preconceitos, mas simplesmente por ignorar tudo ou porque as diferentes mensagens recebidas por ele nesse sentido confundem a idéia que ele pode ter a esse respeito.

Como se pode imaginar, por exemplo, que ele tenha o talento de redescobrir integralmente a escansão? Para que a escolha da análise ainda seja feita, é preciso que ele possa, ao menos, acreditar na força de sua fala. E o analista pode encorajá-lo a isso. A escansão não basta.

Vocês podem observar que me interesso aqui não pelas escolhas que podem ser efetuadas, mas sim pelas condições em que essas escolhas podem ser formuladas. Verifica-se que talvez o mais comum seja a dúvida obsessiva. Ora, ela não concerne a uma escolha a ser feita, mas sim a assumir uma escolha já feita. A histérica se pergunta após a escolha ter se efetuado, mas é para deplorá-la. Embora o problema não seja tratado da mesma forma, dá no mesmo. A questão não é essa. Ela se resolve sozinha, se assim posso dizê-lo, sob a condição de poder ser tratada, ou seja, de serem dadas as condições suscetíveis de operar. Para tanto, é preciso fazer valer que o sujeito é um ser falado. Insisto no que pode parecer um tanto enfadonho, mas o próprio Lacan o explicou, comentou muito e, em nossa época, o jogo da psicanálise deve ser reaberto, a fim de não cair no esoterismo ou na sugestão.

Vejamos um outro exemplo. Trata-se de alguém formado por uma universidade, portanto, de um professor. Com o tempo, percebo que, embora saiba sua área, não sei sua especialidade, ou seja, o que ocupa a maior parte de seu tempo há mais de vinte anos. Ele me diz que está de retorno de um congresso e que a situação com a qual me entretém há muito tempo não pôde evoluir em nada. Arrisco-me, então, a lhe fazer uma pergunta que deveria ter feito há muito tempo, não importando a reticência em evocá-la, afinal ele não está ali para me responder a uma pergunta do curso. Na verdade, é para não me enganar que ele não dizia, para que eu não me perdesse no pantanal de um saber universitário, que para ele não constitui um sintoma,

e também para que eu não caísse na armadilha do que poderia me interessar. Sem dúvida, ele tem razão, sem que a coisa tenha sido especificada. Algum tempo depois, ele acrescentará que não imaginava não me haver dito, que isso deveria ser de notoriedade pública...

Naquele momento, eu me vi como um psicanalista tagarela, porém, ao refletir *a posteriori*, dei-me conta de que se tratava de um percurso em que cada termo era necessário e condicionava a continuação da análise: 1) Isso nunca foi dito. Tenho certeza; 2) Era preciso dizê-lo. Que eu seja suposto sabê-lo não é um argumento suficiente. A coisa foi, então, conscientemente ocultada. Eu lhe relembro longamente a posição de Freud para com um dignitário (ministro ou militar) que invocava um segredo de Estado para esconder um de seus pensamentos. Freud respondeu com a interrupção imediata da análise e explicou o motivo: se um elemento é omitido, ele acarreta, na omissão, toda um nuvem de elementos, uma série de associações ligadas que impedem que o tratamento prossiga; 3) Protesto sob a forma de denegação: certamente, não se tratava de um segredo de Estado, mas ocorre uma seqüência que demonstra o laço entre a omissão e o "sintoma"; 4) Por que a lembrança era necessária? É o que gostaria de especificar, com base nisto: a força da psicanálise reside na recusa não da transferência, mas de sua exploração em nome de um saber inefável.

É conveniente enfatizar que a escolha do sujeito de não dizer era motivada. Houve um verdadeiro *acting out*, portanto interpretável, mesmo que a outra proposição fosse igualmente verdadeira; a simples discrição, para não "enganar" o analista, ou para não impressioná-lo, fixá-lo a alguma coisa que o afastasse da preocupação com tratamento, e até mesmo a simples repugnância em fazer cursos porque o analista encontraria ali seu interesse material, o que, de resto, não é um medo infundado.

Esse ponto de fuga é especialmente sensível porque a dimensão didática, a pertinência ao grupo analítico com suas relações de poder, precede a análise. Ela figura em lugar de destaque, como ponto de fuga imaginário, na *Proposição de 9 de outubro de 1967*. Podemos facilmente verificar o que acontece quando o analista acredita poder abusar de sua posição transferencial em um conflito de Escola: sua sanção imediata é o alívio ou a interrupção do tratamento, sendo este, nos dois casos, posto entre parênteses. Certa vez, isso ocorreu comigo, ao tentar simplesmente assinalar, especificar, minha posição em um conflito. Justificação inútil de efeitos insuportáveis. Creio que, nesses casos, não é o excesso, mas sim a insuficiência do comentário, pois ele

logo é percebido como argumento de autoridade que se revela nocivo, seja qual for o modo pelo qual se saia dele.

Sabemos que a interpretação demasiado edipiana pode constituir um ponto de fuga pelo simples fato de que a interpretação já é feita ou é demasiadamente feita pelo discurso comum. Por isso, a ênfase posta compromete a seqüência da análise. Esse ponto é evocado com muita freqüência, quase como uma palavra de ordem. Parece-me, contudo, que o ponto de fuga é precisamente o da perspectiva, e que cada um desses termos comporta o ponto e a fuga. Em outras palavras: aquilo de que fugimos, do Édipo, rumo a um além que o anularia, comporta um para-além que o inclui. A primeira versão da *Proposição* esclarece essa questão:

> Observemos seu papel na economia do pensamento analítico e destaquemos que, ao retirá-lo desta, todo o pensamento normativo da psicanálise revela equivaler, em sua estrutura, ao deliro de Schreber. Pensemos na *Entmannung*, nas almas redimidas, ou até no psicanalista como cadáver leproso [...].
>
> A função da identificação na teoria [...] está ligada à constituição dada por Freud às Sociedades – e levanta a questão do limite que com isso ele pretendeu dar à sua mensagem.
>
> Ela deve ser estudada em função do que é, na Igreja e no Exército, aqui tomados como modelos, *o sujeito suposto saber*.
>
> Essa estrutura é, incontestavelmente, *uma defesa contra o questionamento do Édipo*: o Pai ideal, isto é, o Pai morto, condiciona os limites em que doravante permanecerá o processo analítico. Ele cristaliza a prática numa finalidade desde então impossível de articular, e que obscurece desde o início o que deve ser obtido da psicanálise didática.
>
> *A marginalização da dialética edipiana que resulta disso continua a se acentuar cada vez mais, na teoria e na prática.*[11]

[11] Lacan. Primeira versão da 'Proposição de 9 de outubro de 1967' (1967/2003, p. 582-3, grifos meus). Essa primeira foi publicada originalmente em *Ornicar?*, n. 8, tendo sido apresentada como a que foi efetivamente pronunciada por Lacan nessa data.

Assim, o ponto de fuga aqui evocado consiste em um esquecimento paradoxal. Compreendo isso da seguinte maneira: o discurso comum se apoderou da interpretação edipiana e, de saída, interdita o analista de recorrer a ela. Ora, isso não torna essa

interpretação desqualificável, mas, para poder ser formulada, deve considerar o discurso comum e seus efeitos no tratamento.

Freud se deparou muito cedo com o problema de como fazer a psicanálise ser admitida por seus difamadores de má-fé. Pode-se dizer que esse problema não deixou de existir. Na França, é absolutamente atual. Por que o ponto de vista comportamental, por exemplo, está tão presente na televisão e em certos domínios, quando, concretamente, parece muito fácil provar seus limites? Trata-se do mesmo problema que interroga a questão da leitura dos fenômenos. O fato de o Édipo ser referido como medida não diz como convém decifrá-lo em cada caso. O mito é um mito, e, por isso, pode servir de tampão. É como se o que advém de um caso estivesse preso no torniquete bem pensante de uma ortodoxia. Sabemos que a crítica desse ponto de fuga pode endereçar-se à própria Escola de Lacan e a seus cartéis, que, em determinada época, "preparavam" para o passe adequando o futuro passante aos conceitos lacanianos em moda.

O grupo constitui outro ponto de fuga paradoxal, uma vez que ele reúne um corpo de doutrina que faz obstáculo ao seu "progresso". Não resisto a evocar agora o que constitui, penso eu, a única ocorrência em Lacan da "escolha do sujeito":

> A Lei primordial, portanto, é aquela que, ao reger a aliança, superpõe o reino da cultura ao reino da natureza, entregue à lei do acasalamento. A proibição do incesto é apenas o eixo subjetivo, desnudado pela tendência moderna a reduzir à mãe e à irmã os objetos interditados *às escolhas do sujeito*, aliás continuando a não ser facultada toda e qualquer licença para-além disso.
>
> Essa lei, portanto, se faz reconhecer suficientemente como idêntica a uma ordem de linguagem. Pois nenhum poder sem as denominações do parentesco está em condições de instituir a ordem das preferências e tabus que atam e tramam, através das gerações, o fio das linhagens. É justamente a confusão das gerações que, na Bíblia, como em todas as leis tradicionais, é maldita como a abominação do verbo e a desolação do pecador.[12]

[12] Lacan. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise (1956/1988, p. 277).

A questão, então, é assumir a castração que realiza a divisão do sujeito. A escolha, conforme a doutrina, é forçada pelo objeto *a*, sendo o sujeito o seu produto.

Vemos bem ao que isso corresponde no obsessivo, cuja dúvida não concerne à ação a realizar, mas, em virtude do *a posteriori*, em não assumir o que já foi escolhido. Talvez devamos ler essa expressão ao pé da letra em função da reviravolta lacaniana do sujeito sendo determinado pelo objeto, e que faz da escolha do objeto o que é verdadeiramente escolhido, mesmo que o "sujeito" não o saiba. Gostaria de insistir no que pode parecer banal e conhecido por vocês, mas não inteiramente claro para mim: a psicanálise opera sobre a escolha do sujeito – ou seja, a assunção dessa escolha – com a condição de não orientar essa escolha, o que é próprio da psicoterapia. Em suma, não cabe ao analista assumi-la. O analista, em contrapartida, toma o partido do objeto não apenas sendo seu suporte, como também garantindo sua "promoção".

Um homem e uma mulher, a sua, realizam o ato sexual. No meio deste, o homem o interrompe com uma questão e a impressão de que ela não estava fazendo sua parte. A postura se rompe. Isso é mal recebido pela dama. Na realidade, ela não tinha o sentimento que lhe era atribuído. Que lição tirar daí?

Muito simplesmente, uma ilustração da fórmula, bastante conhecida, "o desejo é o desejo do outro", da qual subestimamos o alcance lógico, porque nos enganarmos acerca do uso que Lacan faz desses termos, e que não pertence ao senso comum. Nós o sabemos, mas esquecemos.

Assim, desejo com a condição de que o outro me deseje ou deseje algo. Mas o outro, de sua própria voz, diz que o desejo – tal como se diz sobre o apetite que vem quando comemos – não lhe vinha de imediato, lhe vinha somente depois de um certo tempo. Estranha essa demanda muito nítida de ser desejada antes de poder, ela própria, desejar. E se o outro também quer ser desejado? Não era ele, tampouco ela. O que, então, faziam nessa postura (o baile de máscaras)?[13] Sabemos o uso que Lacan faz disso no *Seminário – livro 8: A transferência*, a fim de marcar a dessimetria entre o amado e o amante[14]. A transferência não é binária. Por isso, a crítica que ele faz, desde o começo de seu ensino, ao par "transferência-contra-transferência". A transferência é ternária, como no bilhar, em que se deve jogar com a tabela. É o dispositivo que se reconhece na metáfora paterna, com seus três termos, um dos quais é redobrado e intermediário entre os dois outros. O próprio Lacan explica a devastação causada pelo fracasso dessa circulação, havendo uma modificação perceptível da terminologia em direção ao circuito, em vez de uma triangulação demasiado estática. Assim, "neurose de transferência" é coerente com "neurose" simplesmente pela presença do circuito, na demonstração lacaniana, tanto da transferência quanto da metáfora.

[13] "Seja como for, entre o psicanalista e a psicanálise, multiplicaram-se desde então os encontros, na esperança de que o ateniense se igualasse à Atena que, coberta com suas armas, saiu do cérebro de Freud. Direi a sina ciumenta, sempre a mesma, que contrariou esses encontros: sob a máscara em que cada um deveria encontrar sua promessa, tristeza! três vezes tristeza! e um grito de horror ao pensar nisto: havendo uma outra máscara tomado o lugar dela, quem estava lá já não era ele". Lacan. A coisa freudiana (1955/1988, p. 414).

[14] *Erastès*, o amante, e *erômenos*, o amado.

Em nossa pequena história, a "escolha do sujeito" é um resultado a ser apreciado para além da anedota modificada: ele se preocupa com o desejo de sua mulher. Mesmo em sentido contrário, se considerarmos o efeito de um desagrado nela produzido, é conforme ao que Lacan considera um progresso: a emergência da angústia de castração, legível aqui precisamente no que concerne a um medo diante não da suposta indiferença da mulher (o que, é verdade, poderíamos ratificar), mas do que se apresenta a ele como desejo do outro.

TRADUÇÃO
Contra Capa

referências bibliográficas

LACAN, Jacques. (1938). A família. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

LACAN, Jacques. (1955). A coisa freudiana. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

LACAN, Jacques. (1956). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

LACAN, Jacques. (1958). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

LACAN, Jacques. (1966). Do sujeito enfim em questão. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

LACAN, Jacques. (1967). Primeira versão da 'Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da escola'. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

LACAN, Jacques. (1970). Radiophonie. In: *Autres écrits*. Paris: Seuil, 2001.

LACAN, Jacques. (1973). Televisão. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

resumo

Trata-se de uma panorâmica do termo "sujeito" de acordo com o uso promovido por Lacan conforme a etimologia, assim como a sua definição aristotélica, mas não conforme o seu uso comum: o sujeito é efeito do significante; ele, portanto, não pode escolher. Em contrapartida, esse sujeito é conforme a experiência analítica. Dessa precisão conceitual deduz-se um certo número de conseqüências quanto à abordagem do sintoma.

palavras-chave

escolha, sujeito, sintoma

abstract

At stake here is an extensive view of the term "subject" according to its utilization by Lacan, which is consistent with both its etymology and its Aristotelian definition, but remains incompatible with the common usage: the subject is the effect of the signifier and therefore it cannot choose. On the contrary, this subject is compatible with the psychoanalytic experience. Based on this conceptual clarification, several consequences can be thus established with respect to the handling of the symptom.

key words

choice, subject, symptom

recebido

17/01/2006

aprovado

05/02/2006